



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

SELMA MARIA DE ARRUDA FRANÇA

**SALA DE RECURSOS COMO MEIO DE SUPORTE PARA INCLUSÃO ESCOLAR
E SOCIAL EM LIMOEIRO/PE**

**JOÃO PESSOA - PB
2013**

SELMA MARIA DE ARRUDA FRANÇA

**SALA DE RECURSOS COMO MEIO DE SUPORTE PARA INCLUSÃO ESCOLAR
E SOCIAL EM LIMOEIRO/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Áurea Augusta Rodrigues da Mata

**JOÃO PESSOA - PB
2013**

SELMA MARIA DE ARRUDA FRANÇA

**SALA DE RECURSOS COMO MEIO DE SUPORTE PARA INCLUSÃO ESCOLAR
E SOCIAL EM LIMOEIRO/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Data de aprovação, 02 de agosto de 2013

Áurea Augusta Rodrigues da Mata - orientadora
Mestre em Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Universidade Federal da Paraíba

Roberta Macêdo Marques Gouveia
EXAMINADOR 1

EXAMINADOR 2

**JOÃO PESSOA - PB
2013**

F814s França, Selma Maria de Arruda.

**Sala de recursos como meio de suporte para inclusão escolar
E social em Limoeiro/PE / Selma Maria de Arruda França. - João
Pessoa: UFPB, 2013.**

40f.

Orientador: Áurea Augusta Rodrigues da Mata

Monografia (graduação em pedagogia – modalidade a distancia)

- UFPB/CE

- 1. Educação inclusiva. 2. Sala de recursos multifuncionais.**
- 3. Necessidades educacionais especiais. I. Título.**

UFPB/CE/BS

CDU: 37 (043.2)

Dedico este trabalho a minha mãe D. Branca, exemplo de dedicação, amor e garra. Ao meu pai Sr. João Branco, por estar sempre por perto incentivando minhas conquistas. Ao meu marido Tasso; meus filhos Matheus e Tharcísio, pelo carinho, paciência e por dividirem o nosso tempo para que eu busque meus caminhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, de onde vem a força nos momentos mais difíceis, ao professor Jorge Fernando Hermida e a professora Áurea Augusta Rodrigues da Mata por terem dedicado tempo, paciência, incentivo e orientação neste trabalho.

A todos os professores, gestores, coordenadores, alunos e pais que colaboraram com minha pesquisa. A todos do POLO UAB/Limoeiro que acompanharam meu percurso e por muitas vezes me levantaram na caminhada me empurrando a prosseguir. Por fim a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a execução deste estudo.

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino.”

Paulo Freire.

RESUMO

Este presente trabalho visa retratar a questão da inclusão escolar de crianças com deficiência/necessidades educacionais especiais na cidade de Limoeiro/PE, dando ênfase aos serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais e o seu papel no processo de inclusão escolar e social dos alunos. Para tanto, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: As salas de recursos da cidade de Limoeiro/PE vêm contribuindo para a inclusão escolar e social de seus alunos? A presente pesquisa foi classificada como empírica ou de campo e ocorreu fundamentada na abordagem qualitativo exploratória, na qual foram utilizados questionários abertos e fechados, entrevistas e observações para coleta de dados. Tivemos como sujeitos de pesquisas, professores das salas de recursos multifuncionais, professores de sala de aula comum, dirigentes de escola, coordenadores do programa sala de recursos e pais de alunos inseridos nestas salas. Os questionários e entrevistas foram formulados após ter sido, inicialmente, desenvolvido um levantamento bibliográfico sobre a temática estudada. Ao final do trabalho foi possível constatar que em Limoeiro/PE, apesar dos problemas identificados na pesquisa, o processo de inclusão ocorre e as salas de recursos, mesmo que lentamente, vem dando suporte a inclusão escolar e social as pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Salas de Recursos Multifuncionais. Deficiências/Necessidades Educacionais Especiais.

ABSTRACT

This present work aims to portray the issue of inclusion of children with disabilities / special educational needs in the city of Limoeiro / PE, emphasizing the services AEE in rooms Multifunction Resources and its role in the educational and social inclusion of students. Therefore, this research seeks to answer the following question: The resource rooms in the city of Limoeiro /PE have contributed to the educational and social inclusion of their students? Research in question was ranked empirically or based on field and occurred exploratory qualitative approach, in which questionnaires were used and open closed, interviews and observations to collect data. We had as subjects research, teachers of resource rooms multifunctional teachers regular classroom, school leaders, program coordinators room resources and parents inside these rooms Questionnaires and interviews were formulated after we initially developed a survey literature on the subject studied. At the end of the work it was possible to that in Limon / PE, despite the problems identified in the research process inclusion occurs and the resource rooms, even if slowly, is providing support the educational and social inclusion people with disabilities and needs special education.

Keywords: Inclusive Education. Rooms Feature Multifunction. Disabilities / Special Educational Needs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM BREVE HISTÓRICO.....	15
CAPÍTULO 2 - SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO CONTEXTO NACIONAL.....	19
2.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	20
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	30
ANEXOS.....	32

INTRODUÇÃO

A partir da década de 90, com a publicação da declaração de Salamanca, a inclusão passou a ser um tema muito discutido nas políticas educacionais. Com a LDBN nº 9394/96, e seu capítulo voltado para pessoas com necessidades educacionais especiais, as escolas passam a ter como missão incluir. (MITTLER,2003)

Para Matoan (2003), inclusão não se restringe tão somente em inserir o aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Para o referido autor, isto significa dizer que as escolas que receberão os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), deverão garantir o acesso e permanência destes alunos através de reformas físicas, ajustes e um Projeto Político Pedagógico que promova acessibilidade e inclusão, e tenha como formar professores, funcionários e equipe gestora com visão de conjunto no suporte aos professores, alunos e familiares. Sobre isto o ministro Fernando Haddad (2008, p. 5) fala que:

O benefício da inclusão não é apenas para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado.

Com referência a passagem citada pode-se afirmar que a escola inclusiva é aquela que, para Braga 2006, se fundamenta no reconhecimento das diferenças humanas e que sua prática pedagógica é focada na potencialidade de seus alunos e no respeito a heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagens de seus alunos, bem como no acompanhamento do crescimento social/cidadão de cada um.

Nesse contexto, a escola tem o fundamental papel de unir as consciências, tanto dos que a fazem, como da comunidade entorno geral. Ela precisa fazer cumprir as propostas, leis e decretos acabando com o estigma de que muito do que se escreve fica só no papel. É de grande necessidade, ao incluir, saber e se fazer saber, assim como saber o que se tem e o que se quer alcançar.

Algumas instituições preocupam-se demais com a estrutura física da escola para receber os alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais. Este fator sem dúvidas é muito importante, mas, é o compromisso, as mudanças de atitudes, o respeito e disposição de cada indivíduo envolvido no processo da inclusão que vai fazer a diferença.

Segundo Oliveira (2006, p.13)

A Constituição Federal de 1988 garante aos alunos com necessidades educacionais especiais, o direito de matrícula em salas regulares de ensino juntamente com o atendimento educacional especializado complementar a escolarização que se dá em salas de recursos, na mesma escola onde está matriculado ou em outra.

Vale ressaltar que este direito também está assegurado na Lei de Diretrizes de Bases (LDB) Nº. 9394/96, no parecer do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 17/01, na resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001, na Lei nº. 10.436/02 e no Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.

Por falta de conhecimento sobre as diferenças, a sociedade em geral ainda vê o deficiente como doente, embora diga o contrário. E isso se reflete no descaso com a educação destas pessoas até por parte de seus familiares. Muitos deles são matriculados em escolas comuns por exigência do INSS, ou entidades ligadas a justiça e seus responsáveis, mesmo cumprindo, não buscam nem fazem valer as leis que os amparam.

Como forma de fazer valer o que diz a Constituição Federal sobre o recurso completar para as salas de ensino regular, as salas de recurso no Brasil começam a aparecer a partir do ano de 1980, segundo Costa (2009) “configurando-se como um serviço de apoio pedagógico especializado, no qual o professor realiza a complementação ou suplementação curricular, usando procedimentos e materiais específicos”. Neste sentido, para ser considerada instrumento de inclusão a Sala de Recursos devem “atender as necessidades educacionais de cada aluno, transformando as atitudes que impedem o acesso às classes comuns do ensino regular e tornando as escolas mais acessíveis”. (Dutra 2006, p.7)

Desde que inseridos no ensino regular, em salas de aulas comuns, os alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais, passam a receber nestas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), individualizado que vai promover uma melhor resposta na inclusão ao ensino regular. Para que isso ocorra com sucesso, é preciso uma mudança física e atitudinal na escola e na formação docente.

A resolução Nº 04 de 02/10/2009, do Ministério de Educação, institui diretrizes operacionais para o AEE. Com relação a sua Função, diz no seu artigo 2º que:

O AEE tem como função complementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras pra sua participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.(Dutra, 2006, p.13)

Quanto aos professores, a referida resolução afirma no artigo 12º que: “Para atuar no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para Educação Especial”. No artigo seguinte fala das atribuições deste profissional e fica claro que em relação ao trabalho na sala de recursos, “o professor tem a função de dar atendimento direto ao aluno e indireto através do contato, orientação e assistência ao professor da sala comum e as famílias”. (Dutra, 2006, p.17).

Segundo Bürkle (2010, p. 15)

As salas de recursos são consideradas o principal suporte a alunos com necessidades especiais que estão inseridos em turmas regulares e também aos professores que trabalham com estas crianças.

De fato nem sempre ocorre assim. Muitos professores são “colocados” nas SRM por não poderem mais ficar em sala regulares por problemas de saúde, horário ou outro motivo qualquer. A sua maioria vai para estas salas sem muito ou nenhum conhecimento e vão aprendendo com a prática e isso se agrava com a falta de interação com o outro professor, com os profissionais de saúde que acompanham os alunos e com a família, ou seja, em muitos casos as escolas não oferecem a acessibilidade, os professores não estão preparados e as famílias descompromissadas com a educação dos seus filhos.

Diante do exposto, com a chegada e implantação das salas de recurso Multifuncionais para alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais em 2011, na cidade de Limoeiro/PE, as questões sobre as práticas pedagógicas e sobre os profissionais que nelas trabalham, ficam passíveis de um maior conhecimento.

Neste sentido, esta pesquisa busca através da análise de prática pedagógica, responder a seguinte questão: As salas de recursos da cidade de Limoeiro/PE vêm contribuindo para a inclusão escolar e social de seus alunos? A nossa problemática versa, portanto, sobre a contribuição da Sala Multifuncional para a inclusão de crianças com NEE, na cidade de Limoeiro/PE.

Para responder a questão central temos enquanto objetivos específicos:

- ✓ Explicar, através de breve histórico, o programa da sala de recursos contextualizando o município de Limoeiro/PE;
- ✓ Verificar o trabalho desenvolvido nas salas de recurso com crianças especiais da educação infantil e anos iniciais;
- ✓ Conhecer a real contribuição desta prática, para a inclusão escolar e social destes alunos;
- ✓ Identificar os profissionais envolvidos, sua formação e educação continuada no desenvolvimento deste programa.

A pesquisa em questão foi classificada como empírica ou de campo e ocorreu fundamentada na abordagem qualitativo exploratória, na qual foram utilizados questionários abertos e fechados, entrevistas e observações para coleta de dados.

A pesquisa de campo trata-se da observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem na realidade. Por meio dela, realiza-se uma coleta de dados acerca do tema e objeto estudado para, em seguida, fazer uma análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica, realizada a princípio. (CAMURRA E BATISTELA, 2007, p. 2).

A coleta de dados foi feita através da pesquisa de campo e teve como sujeitos, professores das salas de recursos multifuncionais, professores de sala de aula comum, dirigentes de escola, coordenadores do programa sala de recursos do Município de Limoeiro e pais de alunos inseridos nestas salas. Para tanto foram, utilizados questionários abertos e fechados, entrevistas e observações como instrumentos de pesquisa. Foram entrevistados quatro professores de Salas de recurso, quatro professores de salas comuns, dois gestores, um coordenador municipal e três pais de alunos atendidos. Os questionários e entrevistas foram formulados após o desenvolvimento do levantamento bibliográfico sobre a temática estudada.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, **Educação Especial: Um breve Histórico** faz um resgate histórico da Educação Especial no país, no estado e município. Nele é possível ver o que diz a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) e a do Conselho

Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE) a respeito do Atendimento Educacional especializado (AEE).

O segundo capítulo **Sala de Recursos Multifuncionais no Contexto Nacional**, discorre sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas com prioridade nas Salas Multifuncionais, os alunos que as frequentam e os professores que nela atuam. Trata, também, das questões referentes aos aspectos metodológicos da pesquisa, dos sujeitos pesquisados, os instrumentos; e sobre o tratamento dos dados, apresenta as Salas de Recurso como Apoio Especializado em Limoeiro/PE. Onde se localizam alunos, professores e como ocorre o atendimento.

O capítulo três vem trazendo o resultado da pesquisa, baseado nos termos das leis, nos resultados esperados e na prática pedagógica aplicada nestas salas e as considerações finais acerca do trabalho realizado.

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM BREVE HISTÓRICO

De acordo com a declaração de Martinha Clarete (2010, p.7), Diretora de Políticas da Educação Especial do Ministério da Educação, em sua Nota Técnica - SEESP/GAB/Nº11/2010:

A educação inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para alunos público alvo da educação especial.

Mas, nem sempre foi assim. Por serem portadoras de alguma necessidade educativa especial, crianças da Roma antiga no século XV, eram abandonadas em esgotos, nas portas das igrejas ou viravam os chamados “Bobos da corte” (FONTES, 2007).

Martinho Lutero era defensor da teoria de que deficientes mentais deveriam ser castigados para se purificarem visto que seriam seres diabólicos. A partir do século XVI ao XIX, portadores de necessidades especiais passam a ocupar asilos, conventos e albergues (NOGUEIRA, 2008, p.2).

No Brasil, após a época do império, foi criado o Instituto dos Cegos em 1854 e o Instituto dos Surdos em 1857, ambos no Rio de Janeiro, esses institutos foram e ainda são, órgãos bastante importantes para a sociedade. Em 1954 foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Com relação à Educação Especial, a LDB 4024/61 traz em seu artigo 88 o seguinte texto: “educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Já em 1971 a Lei 5.692/71 de Diretrizes de Base da Educação, altera este texto ao definir “tratamento especial” para alunos com “deficiências físicas, mentais”, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados. A partir daí, surgiu com a criação do MEC, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 3º inciso IV traz como objetivo “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O Art. 205 enfatiza a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, bem como o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Por conseguinte, o art. 206, aponta o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o Art. 208 discorre sobre a necessidade de atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades educativas especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

É importante ter a compreensão de que a Educação é um direito de todo cidadão, sem exceções. Partindo desta constatação, não é possível conceber que as pessoas com deficiências/necessidades educacionais especiais devam ficar de fora do sistema geral de educação. Neste sentido a resolução CNE/CEB Nº 0 2/2001 das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, afirma em seu Art. 2º, que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

E complementando, o seu parágrafo único a CNE/CEB Nº 02/2001, diz que estes sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

Por ser um direito assegurado na Constituição Federal, deve as escolas estar preparadas para receber e cumprir estes direitos. É importante que se tenha sempre a preocupação de oferecer uma educação de qualidade, para assim poder contribuir com o desenvolvimento esperado dos alunos. Neste contexto, a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais aparece como uma medida de promover, aos

alunos com Necessidades Educacionais Especiais, uma educação de qualidade. Dutra (2008, p. 3) em documento nomeado pela portaria Ministerial Nº 555 de 5 de junho de 2007 diz:

A construção de políticas públicas inclusivas, de acesso aos serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade nas escolas regulares, eliminam a discriminação e a segregação, superando modelo de escolas e classes especiais. Nessa perspectiva, os sistemas de ensino modificam sua organização assegurando aos alunos público alvo da educação especial a matrícula nas classes comuns e a oferta do atendimento educacional especializado, previsto no projeto político pedagógico da escola.

Considerando todo este breve histórico, vale dizer que apesar da legislação existente no país, ainda é possível observar situações de exclusão. Isso ainda acontece devido ao fato das escolas receberem as crianças esperando que elas se adaptem as condições da escola ao invés das escolas se adaptarem para poder recebê-las.

Em fevereiro de 2000, Pernambuco, atendendo a Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que considera a educação especial como uma política da educação escolar, que se baseia no paradigma da diferença enquanto construção do sujeito cultural, histórico, político e social, resolve através da resolução CEE/PE 01/2000, posto que em seu artigo 4º § 2, atender os educandos portadores de necessidades educacionais especiais também em salas de recursos oferecida em contra turno à sala de aula comum. O seu art.8º parágrafo Único, diz que o atendimento educacional em sala de recurso, classes especiais, serviços itinerantes e outros será garantido pela escola para responder e traduzir os desafios impostos pelas diferenças na construção de sujeitos singulares.

Reconhecer e garantir o direito do cidadão com deficiência/necessidades educacionais especiais, a terem um atendimento individualizado que possa dar apoio no processo de inclusão escolar é de fato o que se espera, porém, o grande desafio é justamente garantir a qualidade do trabalho desenvolvido para este fim. As instituições de ensino precisam ser mais assessoradas tanto na estrutura física/material, quanto na formação de todos que compõem a instituição e em especial os professores.

Em Limoeiro/PE, as salas de recurso são o que se pode dizer, “novas” no contexto da inclusão. Foi chegando e passou a funcionar a partir de 2011. Não há,

ainda, no município uma resolução que discorra sobre esta prática. A inclusão nas escolas se dá com bases na LDBN, na Resolução CNE/CEB na resolução estadual, 01/2002. Portanto, não há concurso específico para professores especializados em Educação especial. Para compreender melhor como deve funcionar as SRM, será discutido no próximo capítulo suas estruturas e seus objetivos.

CAPÍTULO 2

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO CONTEXTO NACIONAL

Visando favorecer a maior acessibilidade das escolas públicas e garantir a permanência dos alunos com necessidades educacionais em salas regulares de ensino, no ano de 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento Educacional PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixo a acessibilidade arquitetônica e dos prédios escolares, a implantação das Salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

As salas de Recursos são ambientes que possuem mobiliário, material didático e pedagógico, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento a crianças com necessidades educacionais especiais, nas Escolas Públicas. De acordo com as orientações do Ministério da Educação:

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem por objetivos identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de garantir a participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O ensino oferecido neste atendimento é diferente do ensino escolar e, portanto não deve ser confundido como espaço de reforço escolar nem tão pouco como local de complementação das atividades escolares (MEC/SEE/SP, 2008).

A Secretaria de Educação Especial oferece equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade para a organização das salas de recursos multifuncionais, de acordo com as demandas apresentadas pelas secretarias de educação em cada Plano de Ações Articuladas (PAR). De 2005 a 2009 foram oferecidas 15.551 salas de recursos multifuncionais, distribuídas em todos os estados e o Distrito Federal, atendendo 4.564 municípios brasileiros - 82% do total. (MEC-2010)

Sem dúvidas houve um grande investimento para com as salas de recursos multifuncionais nos últimos anos, isto vem ocorrendo por reconhecimento e valorização ao processo educacional inclusivo.

2.1 - Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 no seu artigo 5º define que:

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivos das classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitários, filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

Neste contexto é necessário que a escola cumpra sua função social e construa uma proposta pedagógica de valorização as diferenças tanto nas salas regulares quanto no atendimento as necessidades específicas dos seus alunos.

O AEE nas salas de recursos multifuncionais segundo Dutra (2006, p. 15)

[...] se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

Já a pesquisadora Enicéia da UFSCAR (2008) explica que:

O modelo de AEE muitas vezes não atende as necessidades da maior parte das crianças com necessidades especiais porque o que é feito na sala de aula regular não percorre a mesma linha do que é realizado na sala de recursos. Muitos dos que assumem o AEE não têm habilidades para lidar com a criança – lembrando que, nas salas multifuncionais, o MEC orienta a não separar os alunos por deficiência.

Para que o Atendimento educacional especializado, atenda seus objetivos é preciso que a Instituição que a oferece, tenha a compreensão que as dificuldades arquitetônicas e pedagógicas devam ser adaptadas as diferentes necessidades. Para que isso aconteça é preciso o engajamento de todos para determinar no Projeto Político Pedagógico (PPP) a proposta inclusiva da escola.

Segundo Fernandes (2008) o que acontece, muitas vezes, é que além do despreparo de alguns professores, não há o intercâmbio necessário entre o professor da sala de recursos com professor da sala de aula comum onde o aluno está inserido e o profissional da saúde que o acompanha. Completando, o autor afirma que essa prática acarreta sérios problemas, pois cada um trabalha de forma

isolada e o resultado esperado não ocorre. Se não houver um constante acompanhamento, planejamento e avaliação dos resultados, por parte de todos que acompanham este aluno, o trabalho não surtirá efeito podendo até prejudicar mais ainda o aluno.

Os alunos a serem atendidos nas salas de recursos são aqueles que ao longo da sua aprendizagem apresentem de forma temporária ou permanente, alguma necessidade educacional especial. Entre eles estão os alunos que apresentam alguma deficiência, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades ou superdotação. Estes alunos devem frequentar à sala de recursos no mínimo duas vezes por semana. (AGNOL, COMIN E INOCENTE, 2010) O atendimento se dará de forma individualizada e planejada de acordo com as necessidades de cada um.

De acordo com a Resolução do CNE/CEB nº 04/2009, para atuar na AEE o professor além de ter formação inicial e específica que o habilita, deverá realizar a complementação ou suplementação curricular do aluno, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos, em período contrário ao da classe comum frequentada por este aluno.

É importante que este professor participe de todas as atividades da escola, afinal ele é sujeito da mesma. Também se faz necessário a participação em cursos e demais formações para esta área, visto que ele está em constante aprendizado. Não podendo esquecer a colaboração entre os professores e profissionais de saúde.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS DADOS

O estudo foi realizado no Município de Limoeiro, região agreste de Pernambuco. Como ponto de partida, foi feita uma visita à Secretaria Municipal de Educação para conversar com a Coordenadora Municipal de Educação Especial, a fim de conhecer dados e solicitar permissão para visitar as escolas.

Como informação foi passado que no município há vinte e seis escolas e três creches. Todas têm casos de alunos com deficiência, porém apenas vinte e duas escolas atendem alunos deficientes diagnosticados. Destes alunos, 114 são diagnosticados, ou seja, com laudo e acompanhamento médico, e 113, por vários motivos, ainda não foram diagnosticados.

Os diagnosticados são assim distribuídos:

- ✓ Deficiência Intelectual – 53%
- ✓ Deficiência física – 5%
- ✓ Deficiência Visual – 3%
- ✓ Deficiência Auditiva – 4%
- ✓ Deficiência múltipla – 10%
- ✓ Deficiência de Aprendizado – 7%
- ✓ Hidrocefalia – 2%
- ✓ Hiperatividade – 4%
- ✓ Distúrbio de fala – 1%
- ✓ Epitetogênico generalizado – 1%
- ✓ Não Informado – 9%

A quantidade de salas de recursos para apoio às salas comuns são nove. Elas se localizam nas seguintes escolas: seis na Zona Rural, nas escolas Municipais:

- ✓ Alúcio de Aquino
- ✓ Manoel Marques
- ✓ Luís Sátiro
- ✓ Cônego Deusdedith
- ✓ Maria Quitéria

- ✓ Antônia Vieira.

Na zona Urbana são três salas localizadas nas escolas Municipais:

- ✓ Salomão Ginsburg
- ✓ São Francisco
- ✓ Otaviano Basílio.

Nestas Salas de Recursos são matriculados alunos da própria escola e de outras. No momento foi informado que através do Plano de Ações Articuladas (PAR) o município foi contemplado com mais cinco salas para AEE.

Com relação ao material pedagógico, a secretaria informou que a maioria foi doação do MEC, outra parte os próprios professores confeccionam e outros são comprados pela prefeitura. Quanto ao mobiliário, ainda estão aguardando o MEC disponibilizar. O que diverge da Resolução CNE/CEB Nº 4/2009 que diz que o MEC deve disponibilizar este material e equipamento. Enquanto isso as escolas vão fazendo adaptações. O atendimento, nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), ocorre no contra turno duas vezes por semana para cada aluno.

Os passos seguintes foram visitas nas escolas, conversas com gestores, professores de sala comum com alunos matriculados nas salas de recurso, professores das salas de recurso, pais de alunos que frequentam as duas salas e a psicopedagoga que atende algumas destas crianças na Policlínica da cidade. Depois foram distribuídos questionários com professores, gestores e pais para análises.

Os questionários feitos aos professores mostraram que todos os entrevistados são do sexo feminino. Diferente do que diz a Resolução CNE/CEB Nº 04/2009 sobre “professores para atuarem nas SRM devem ter formação inicial que o habilite para o docência e formação específica na Educação Especial”, a maioria dos que estão têm a formação para docência, porém ainda não têm formação específica para Educação Especial. Eles vão aprendendo com a prática, leituras e capacitações ministradas pela Secretaria de Educação Municipal.

Outra questão apresentada, foi a respeito dos materiais pedagógicos disponíveis, onde os professores disseram haver necessidade de mais, principalmente para poder compartilhar com as salas de aula comuns.

Sobre isso, a psicopedagoga afirmou que os objetos, que são necessários em alguns casos, muitas vezes são comprados pelos próprios pais, por não terem sido contemplados no Kit do MEC ou as escolas não poderem comprar. Já o material mobiliário faz muita falta, visto que alguns alunos dependem deles para manter a postura, equilíbrio e mais acesso a determinados cantos da sala e as atividades.

O contato estabelecido entre os professores das SRM e salas comuns deve ser uma constante, tanto para avaliar como para discutir estratégias de trabalho, mas os professores disseram ter um pouco de dificuldade devido ao fato de em contra turnos eles estarem em outros compromissos distantes da escola ou por os alunos serem de outras unidades e professores nem se conhecerem. Mesmo assim há colaboração através de bilhetes ou recados. Já a secretaria de Educação diz estar promovendo os encontros e capacitações com os professores das duas salas.

Sobre a questão de acompanhamento/orientação por parte da secretaria de Educação os professores informaram que são estimulados a fazerem cursos de capacitações e que recebem visitas nas salas, de supervisores da Secretaria Municipal de Educação. Quando perguntados sobre o que pode ser mudado ou feito para melhorar o atendimento na SRM, os professores e os pais entrevistados foram unânimes em dizer que deveria haver uma maior interação dos professores de sala comum e salas de recurso, e os professores ainda apontaram necessidade de maior formação, mais comprometimento das famílias com o processo de aprendizagem das crianças e entendimento que a sala de recursos não é para reforço escolar e também a aquisição de mobiliário, material lúdico, brinquedos e jogos pedagógicos.

Houve professores que se mostraram muito insatisfeitos com a estrutura física das salas bem como com as formações. A seguir, consta na íntegra as palavras de um deles: “As formações continuadas ainda estão a desejar, digo isso porque cada professor que eu conheço se vira como pode pesquisando, se aprimorando, fazendo curso particularmente. Sinto necessidade de formação continuada por parte do município. Sendo uma professora da AEE realizei vários cursos, porém por outras secretarias de outros estados”.

Para os professores o que mais precisa para melhorar o atendimento nas SRMs, além das formações, “é a ampliação de especialistas na área de saúde, com mais psicólogos, neurologistas, fisioterapeutas e outros. Também precisa aplicar mais recursos na compra de material pedagógico e mobiliário”.

Na secretaria Municipal de Educação não tem psicopedagogo para atuar junto as escolas. A profissional que atende na policlínica Regional presta atendimento as crianças de Limoeiro/PE nas três redes e atende crianças dos municípios vizinhos, o que torna quase impossível interação com os professores da AEE em Limoeiro/PE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados constantes nesta pesquisa têm por intenção mostrar as Salas de Recursos de AEE, como suporte para inclusão escolar e social de crianças

deficientes/ necessidades educacionais especiais. Hoje a inclusão das pessoas com deficiências nas redes regulares de ensino é um fato, porém se faz necessário as discussões e compreensão a respeito de como isso deve acontecer desde o acolhimento, a integração e permanência destes alunos, garantindo uma educação de qualidade para todos de forma igualitária.

Nesse contexto é preciso que o entendimento sobre educação inclusiva que, segundo DULTRA (2008) constitui um paradigma educacional fundamentada na concepção de direitos humanos e que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, seja comum a todos que formam a instituição acolhedora.

Também se faz necessário compreender a SRM como local que oferece um atendimento diferente do ensino regular, mas que não é um espaço de reforço escolar, nem tão pouco local de complementação das atividades escolares. Nela o aluno vai poder desenvolver melhor suas habilidades para complementar seu processo de inclusão, tanto escolar quanto social.

A cidade de Limoeiro foi contemplada com a primeira sala de recursos em 2010, às outras chegaram a partir de 2011. A forma como chegaram, sem organização prévia e sem muito conhecimento por parte da comunidade escolar e demais comunidades, trouxe questionamentos e até preconceitos sobre suas atividades e resultados. Nesta análise da prática pedagógica, procura-se compreender e responder a seguinte questão: As salas de recursos da cidade de Limoeiro/PE vêm contribuindo para a inclusão escolar e social de seus alunos?

Para esclarecer melhor estas questões, foi desenvolvido um trabalho junto as escolas que oferecem as salas de recursos multifuncionais e as que não têm, mas, tem seus alunos atendidos. Também foi possível entrevistar alguns pais e professores. Com estas entrevistas foi possível formar um panorama geral acerca dos ganhos, do que necessita e demais dificuldades encontradas.

Durante o trabalho foram enfrentadas várias situações adversas que dificultaram um pouco a pesquisa. Dentre elas a greve de professores que durou mais de um mês, pais ausentes, professores um tanto arredios para dar as informações, salas na zona rural de difícil acesso, alunos ausentes por falta de transporte entre outros.

Além das observações e anotações, os dados coletados através dos questionários aplicados a coordenadores, professores das salas de AEE

multifuncionais, professores do ensino regular com alunos assistidos, gestores e pais destes alunos, foram suficientes para:

- ✓ Verificar o trabalho desenvolvido nas salas de recursos com crianças especiais da educação infantil e anos iniciais;
- ✓ Conhecer a real contribuição desta prática, para a inclusão escolar e social destes alunos;
- ✓ Identificar os profissionais envolvidos, sua formação e educação continuada, no desenvolvimento deste programa de apoio a inclusão escolar e social.

O primeiro contato foi com o coordenador municipal de Educação Especial do município. O mesmo afirmou que das 26 escolas municipais e três creches, só 22 escolas estão inseridas no processo de inclusão, porém salas de recursos multifuncionais haviam em nove delas. Destas, três na zona urbana e seis na zona rural. Para os próximos dias esperam-se mais cinco salas contempladas pelo MEC. Destas nove em funcionamento todas atendem crianças com diversas deficiências e necessidades educacionais. Além dos alunos frequentando salas regulares na mesma escola, atendem também alunos vindos de outras escolas municipais e de outras redes de ensino.

Nestas SRMs atendem dois professores, um pela manhã e outro a tarde, já que os alunos são atendidos a contra turno. Dentre os alunos matriculados nas salas de recurso encontramos alunos com deficiência mental/intelectual, baixa visão, cego, deficiência auditiva, surdez, deficiência física, deficiência múltipla, surda cegueira, transtorno global do desenvolvimento, síndrome de West e outros. Para estes alunos a sala dispõe de professores, jogos pedagógicos com aspectos lúdicos, jogos pedagógicos adaptados às necessidades especiais, livros didáticos e paradidáticos.

A secretaria dispõe de capacitações para os professores e reuniões com os pais. Quanto a complementação de equipamentos e materiais, que deixam de ser repassados pelo MEC, a prefeitura através de sua secretaria de finanças, segundo informou o coordenador, os repassam. Com recursos do PDE referentes à acessibilidade, algumas escolas que receberam tal recurso fizeram adequações em seus banheiros, rampas e portas. Isso significa 25% das escolas, as demais precisam de adaptações.

Nas escolas, os gestores se mostraram confiantes neste trabalho, mas reconhecendo as dificuldades encontradas ao longo do processo. Os professores

das salas de recursos mostraram-se preocupados com a falta de contatos entre eles e professores das salas de aula comum, principalmente de outras escolas e redes. Outro ponto que também dificulta os trabalhos dos gestores é a participação e parceria das famílias. Poucas demonstram interesse necessário para o bom desenvolvimento do trabalho.

Outra preocupação de todos é a falta de material pedagógico e da mobília. Mesmo fazendo parte do pacote oferecido pelo MEC, pouco se chegou às escolas. Quanto as mobílias necessária e que nunca foram disponibilizadas como mesa de recorte e ajustes, cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio para os pés, cadeiras de rodas, tapetes antiderrapantes e outros, implica em atender as crianças de maneira adaptada, causando desconforto.

Em relação aos pais ficou claro, para os que acompanham seus filhos neste processo, que as atividades desenvolvidas nestas salas de recursos vêm contribuindo muito para o desenvolvimento escolar e social da criança. Todos têm um fato importante para contar sobre o quadro evolutivo de seus filhos. Uma mãe relatou que seu filho se mostrava muito tímido e relutante em ir a uma escola regular. Depois de frequentar a sala de recursos tem se mostrado confiante, conversador e participativo na escola. Outra mãe relatou que sua filha não conseguia reter nenhuma informação por mais de 10 minutos e hoje já faz “continhas”, lê pequenos textos, compreende melhor as explicações e faz as tarefas de casa com mais facilidade, além de conversar e expressar gostos e desejos, o que antes não fazia.

Durante as visitas foi possível presenciar o professor da sala de recursos disponibilizando ao professor da sala de aula comum um material pedagógico do tipo adaptado a necessidade especial, para ser usado por um aluno das duas salas. Isso demonstra o entrosamento entre os professores e a importância que isso representa.

Concluo este trabalho fazendo uma reflexão de que em Limoeiro/PE, apesar dos problemas autênticos e desestimuladores, o processo de inclusão ocorre e as salas de recursos, mesmo que lentamente, vem dando suporte a inclusão escolar e social às pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais. Também fica o desejo de poder contribuir com a educação local, no sentido de perceber a necessidade de maior capacitação dos professores, articulação entre as famílias e sociedade em geral e melhoria na infraestrutura, física e material, das

salas de recursos a fim de proporcionar maiores condições de trabalho e aprendizagem para os que usufruem destes espaços.

Para finalizar, considera-se as palavras da pesquisadora Terezinha Odete Volkmann (1999), quando em sua pesquisa diz que “A sala de recursos é uma opção viável e segura, capaz de aportes para o aluno superar as dificuldades, dentre as modalidades da educação especial”. Diz ainda, “acreditar ser essa a menos segregadora, desde que seja realizado um trabalho competente por parte dos professores e da escola”.

REFERÊNCIAS

BERTUOL, Claci de Lima. Salas de recursos multifuncionais: Apoios Especializados à Inclusão Escolar. Cascavel-PR. 2010.

BRASIL. Decreto 5.626. Brasília: Casa Civil, 2005.

MEC. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: Ministério da Educação (MAC), Secretaria de Educação Especial, 2001.

MEC. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação (MEC), 2009.

MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de, Pesquisa Aplicada à educação. In: BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; BEZERRA, Lebiam Tamar Silva (Orgs.). Trilhas do Aprendiz. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009. V.5, p.154-204.

CLARETE, Martinha. Nota Técnica - SEESP/GAB/Nº 11/2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do atendimento educacional especializado – AEE em salas de Recursos Multifuncionais, implantados nas escolas regulares. Brasília, 2010.

____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 2, de 11-9-01. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (2001).

— . Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer Nº 17, de 3-7-01. Sobre Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, (2001).

CORRÊA, Érico Kundé. Uma proposta de cooperação entre instituições de ensino visando à inclusão. Cuiabá-MT, 2009.

COSTA, Maria da Piedade Resende da. A educação inclusiva. In: MARQUEZINE, Maria Cristina e outros (coord.). Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial. Londrina: Editora UEL, 1998, p. 379-380.

DUTRA, Cláudia Pereira, et al. Política Nacional de educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília - janeiro de 2008.

Enicéia Gonçalves Mendes. Pesquisas sobre inclusão escolar: Revisão da agenda de um grupo de pesquisa. Revista Eletrônica de Educação, v. 2, n. 1, jun. 2008. ISSN 1982-7199.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (coord.). Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. p. 157-176, São Paulo: Memnon, 2001.

MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Resolução CEE/PE nº 01/2000, de 16 de fevereiro de 2000.

SARTORETTO, Mara Lúcia. Atendimento Educacional Especializado. Assistiva Tecnologia e educação. 2012.

ANEXOS

Questionário Para o Coordenador Municipal da Unidade de Educação Especial

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico “Sala de Recursos como meio de suporte para a inclusão escolar e social em Limoeiro/PE” que será defendido no curso de Graduação em Pedagogia à Distância - UAB/UFPB/Virtual.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Município: _____
 Nome do (a) Coordenador (a): _____
 Formação Acadêmica: _____
 Data da entrevista: _____

QUESTIONÁRIO

1. Quantas salas de recursos multifuncionais existem em seu Município? _____
2. Quantos alunos têm matriculados? _____
3. Este número é suficiente para atender à demanda?
 Sim
 Não. Quantas seriam necessárias? _____
4. Em média, quantos alunos são atendidos em cada sala de recursos multifuncional de seu Município? Assinale uma alternativa:
 Menos de 10
 Entre 10 e 20
 Mais de 20. Quantos? _____
5. Quantos professores atuam em cada sala de recursos multifuncional de seu Município? _____
6. Quais os perfis dos alunos atendidos nas salas de recursos multifuncionais do seu Município?
 Aluno com deficiência mental/intelectual
 Aluno com baixa visão
 Aluno cego
 Aluno com deficiência auditiva
 Aluno com surdez
 Aluno com deficiência física
 Aluno com deficiência múltipla
 Aluno com surdocegueira
 Aluno com transtorno global do desenvolvimento
 Outros. Quais? _____
7. Como é organizado o atendimento das salas de recursos multifuncionais com relação a sua demanda? Assinale uma alternativa:
 Cada sala atende a um tipo de deficiência
 Todas as salas atendem a todos os tipos de deficiência
 Algumas salas atendem determinadas deficiências e outras atendem a todos os

- tipos de deficiências.
 Outros. Especifique: _____
8. O que define a organização do AEE oferecido nas salas de recursos multifuncionais? Assinale uma alternativa:
 A formação dos professores em uma deficiência específica (intelectual, física entre outras).
 A formação do professor específica para o AEE.
 A demanda de alunos
 Outros. Especifique: _____
9. Você sente falta de algum tipo de equipamento ou de material em função da demanda de alunos que as escolas atendem? Quais? _____
10. Onde você busca recursos financeiros, no Município, para complementação de equipamentos e de materiais das salas de recursos multifuncionais? _____
11. Qual a formação mínima exigida para os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais de seu Município? _____
12. Existe algum programa de formação continuada para os professores das salas de recursos multifuncionais promovido pelo próprio Município? Qual/quais? _____
13. Indique quais adequações físicas foram (estão sendo, serão) executadas nas escolas de sua rede de ensino:
 Construção ou adequação de rampas
 Adequação de banheiros
 Sinalização sonora
 Alargamento de portas
 Sinalização visual
 Sinalização tátil
 Outros. Especifique: _____
 Nenhuma adequação ainda
14. Os profissionais que projetaram, executaram e acompanharam as adequações físicas na sua escola conhecem e obedeceram a NBR 9050 que dispõe das normas técnicas de acessibilidade?
 Sim
 Não
 Não sei.
15. Como é feito o intercâmbio/diálogo, das escolas com Sala de Recurso e esta coordenadoria? _____
16. Qual período e como é feita a avaliação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos nas Salas de Recursos? _____
17. Quais material dispõe a Sala de Recurso tipo 1? _____

Assinatura do coordenador(a)

**Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.
Atenciosamente - professora Selma Maria de Arruda França**

Questionário para o Professor da Sala de Recursos

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico “Sala de Recursos como meio e suporte para a inclusão escolar e social em Limoeiro/PE” que será defendido no Curso de Graduação em Pedagogia a Distância – UAB/UEPB Virtual

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola _____
 Nome do Professor _____
 Idade ___ Sexo _____ Formação Acadêmica _____
 Tempo de serviço como Professor _____ Data da entrevista _____

QUESTIONÁRIO

1. Como você organiza um Plano de Atendimento Educacional Especializado?

Descreva o Plano em suas etapas:

Resposta: _____

2. Antes de trabalhar em salas de recursos multifuncionais, que tipo de experiência profissional você teve? Assinale uma ou mais alternativas:

Escola especial

Escola comum

Classe especial

Sala de recursos

Não tive experiências anteriores

Outras: Especifique _____

3. Qual a participação da família no AEE?

Resposta: _____

4. Em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?

Sempre no período oposto ao da escola.

Sempre no mesmo período em que frequentam a escola.

As vezes no mesmo período da sala de aula, as vezes no período oposto.

5. Em que atividade do AEE você dispense mais tempo? Assinale uma alternativa

Atendimento ao aluno.

Na produção de material

Articulação com o professor da sala de aula.

Planejamento e AEE.

Atendimento às famílias.

6. Como são estabelecidos os contatos entre você e os professores da classe comum para discutirem sobre os alunos que estão sob responsabilidade de ambos? _____

7. É realizado algum tipo de acompanhamento/orientação por parte da escola nas atividades desenvolvidas com alunos? _____

8. Em sua opinião o que poderia ser feito ou mudado para melhorar o atendimento na Sala de Recursos? _____

9. Quais os perfis dos alunos atendidos por você na sala de recursos multifuncionais? Assinale uma ou mais alternativas:

Aluno com deficiência mental/intelectual. Quantos? _____

Aluno com baixa visão. Quantos? _____

- () Aluno cego. Quantos? _____
- () Aluno com deficiência auditiva. Quantos? _____
- () Aluno com surdez. Quantos? 5
- () Aluno com deficiência física. Quantos? _____
- () Aluno com deficiência múltipla. Quantos? _____
- () Aluno com surdocegueira. Quantos? _____
- () Aluno com transtorno global do desenvolvimento. Quantos? _____
- () Outros/Quais e quantos? _____

10. Quais as diferenças do trabalho do AEE desenvolvido pelo professor de sala de aula comum?

Resposta: _____

11. Como acontece, onde e quem promove as formações continuadas? _____

Assinatura do Professor

**Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.
Atenciosamente - professora Selma Maria de Arruda França**

Questionário para o Professor da Sala de Aula Comum

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico “Sala de Recursos como meio e suporte para a inclusão escolar e social em Limoeiro/PE” que será defendido no Curso de Graduação em Pedagogia a Distância - UAB/UFPB Virtual

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola _____
 Nome do Professor _____ Sexo _____
 Formação Acadêmica _____
 Tempo de serviço como Professor _____ Data da Entrevista _____

QUESTIONÁRIO

1. Você teve conhecimento do AEE como um novo serviço da educação especial
 () Sim
 () Não
2. Você sabe a que se destina o AEE?
 Explique: _____
3. Sua escola tem uma sala de recursos multifuncionais? Se não, há uma escola que a possui? Resposta _____
4. Você tem alguns alunos que frequentam esta sala?
 Resposta: _____
5. Quais são as ações desenvolvidas por meio da AEE na sua sala? _____
6. O AEE contribuiu para a melhoria do desempenho escolar de seu aluno que frequenta esse serviço? Se sim, em que? _____
7. Como você se articula com o professor do AEE para que ambos possam atender adequadamente as necessidades do aluno que tem em comum? _____
- 8- O que distingue o AEE do ensino desenvolvido por você, em sala de aula? _____
9. Que recursos foram disponibilizados pela Sala de Recursos Multifuncionais para o aluno com deficiência utilizar em sala de aula? _____
- 10- Você percebeu alguma diferença na sua maneira de ensinar a partir do impacto do AEE em sua sala de aula? _____
- 11- Você tem sugestões a fazer para o aprimoramento do serviço de AEE em relação aos alunos que são atendidos por este serviço? Cite-as: _____

 Assinatura do professor
Questionário para a Direção da Escola

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico “Sala de Recursos como meio e suporte para a inclusão escolar e social em Limoeiro/PE” que será defendido no Curso de Graduação em Pedagogia à Distância –UAB/ UFPB Virtual.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola _____
 Nome do Professor _____ Sexo _____
 Formação Acadêmica _____
 Tempo de serviço como professor _____

QUESTIONÁRIO

1. Você teve conhecimento do AEE como um novo serviço da educação especial e como Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva?

- Sim
 Não

2. Quais são as ações da educação especial desenvolvidas na sua escola?

- Oferece o AEE.
 Promove formação continuada de professores de AEE.
 Promove formação continuada de professores da sala de aula comum.
 Oportuniza acessibilidade nos espaços e materiais escolares, entre outros.
 Orienta às famílias.
 Estabelece parceria com outros setores na comunidade.
 Outras. Especifique: _____

3. Quantos alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais da sua escola?

Quantos são de sua escola? _____

Quantos são de outras escolas? _____

4. O que distingue o trabalho da sala de recursos multifuncionais do trabalho oferecido pelos professores das salas de aula da sua escola? _____

5. O AEE faz parte do projeto político pedagógico de sua escola?

- Sim
 Não. Porquê _____

6. Houve impacto do AEE na aprendizagem dos alunos da educação especial de sua escola? _____

- Sim
 Não. Por quê? _____

7. Você estabelece algum tipo de intercâmbio/diálogo com o professor da sala de recursos multifuncionais, com outros diretores da rede e com o coordenador de Educação Especial do Município?

- Não.
 Sim. Como? _____

8. Você tem sugestões a fazer para o aprimoramento do serviço de AEE em relação aos seus professores, recursos materiais e equipamentos?

Cite-as: _____

9. Indique quais adequações físicas foram (estão sendo, serão) executadas em sua escola:

- Construção ou adequação de rampas
- Adequação de banheiros
- Sinalização sonora
- Alargamento de portas
- Sinalização visual
- Sinalização tátil
- Outros. Especifique:
- Nenhuma adequação ainda.

10. Você tem sugestões a fazer para o aprimoramento do serviço de AEE em relação aos alunos que são atendidos por este serviço? Cite-as. _____

11. Como é feito o ingresso dos alunos à sala de recursos? _____

12. Os relatórios de acompanhamento são feitos como?

- Mensalmente
- Bimestre
- Outro _____

13. Quem e como são feitas as avaliações dos resultados dos trabalhos desenvolvidos na Sala de Recurso? _____

Assinatura do Diretor

**Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.
Atenciosamente - professora Selma Maria de Arruda França**

Questionário para pais/mães ou responsáveis por alunos que frequentam a sala comum e a sala de recursos multifuncionais.

Esta pesquisa é parte integrante do texto monográfico “Sala de Recursos como meio e suporte para a inclusão escolar e social em Limoeiro/PE” que será defendido no Curso de Graduação em Pedagogia a Distância – UAB/UFPB Virtual

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Escola _____
Responsável pela informação _____
Grau de parentesco com o aluno _____
Idade _____ Sexo _____ Formação Acadêmica _____

QUESTIONÁRIO

1-Desde quando seu filho frequenta a sala de aula comum?

2-Quando e porque ele foi matriculado numa sala de Recursos Multifuncionais? _____

3-O que mudou na vida do seu filho, no contexto escolar e social, depois deste trabalho na sala de recursos multifuncionais? _____

4-O que você acha que falta ou que deveria melhorar para que a AEE funcione melhor? _____

Assinatura do pai ou responsável

**Agradeço a sua contribuição para minha pesquisa.
Atenciosamente - professora Selma Maria de Arruda França**